



## ATA DO V ENCONTRO DE ENSINO DO IFPA

**Data:** 15 de setembro de 2016 (1º dia ó tarde).

**Local:** IFPA Campus Santarém.

01 Aos dias quinze de setembro de 2016, às quatorze horas e cinquenta minutos, foi dado  
02 continuidade ao primeiro dia do V Encontro com Diretores de Ensino, no IFPA Campus  
03 Santarém. A Pró-Reitora de Ensino, Elinilze Teodoro, fez uma exposição sobre a situação de  
04 revisão de PPP e do PPI, lembrando que foi pactuado prazos para entrega das versões finais  
05 dos PPPs dos campi, sendo que alguns campi não haviam o haviam feito. A Comissão da  
06 PROEN responsável por fazer a análise dos PPPs, já havia iniciado a reformulação do PPI,  
07 com base nos PPPs entregados. Explicou que os campi que ainda não haviam entregue o  
08 PPP não teriam, portanto, seus campi representados no PPI, uma vez que o IFPA estava  
09 respondendo um protocolo de compromisso em seu processo de recredenciamento, e tinha  
10 prazo para finalizar a revisão de seu PPI. Dessa forma, a PROEN tinha como meta finalizar  
11 a revisão do PPI até novembro de 2016 e encaminhar para apreciação do CONSUP até  
12 dezembro de 2016. Felix, diretor de ensino do Campus Paragominas, solicitou um prazo  
13 maior para seu campus, uma vez que havia assumido há pouco tempo a direção de ensino. A  
14 Pró-reitora solicitou que fosse formulado a solicitação por meio de memorando, junto com  
15 relato de como está o andamento do processo de construção do PPP e um cronograma de sua  
16 finalização, para a PROEN estudar o pedido. Professor Edinaldo, diretor de ensino do  
17 Campus Abaetetuba, também fez solicitação de prorrogação. Também foi solicitado a ele a  
18 formalização do pedido por documento. Elinilze salientou a importância de que os PPPs não  
19 fossem feitos sem a participação democrática da comunidade acadêmica. Em seguida,  
20 professora Elinilze Teodoro pediu que todos verificassem os documentos sobre assistência  
21 estudantil que estavam na pasta do evento, e falou sobre a nova resolução da assistência  
22 estudantil do IFPA, recentemente aprovado pelo CONSUP. Fez os seguintes destaques. No  
23 artigo 11, está previsto que a assistência estudantil será implementada por meio do  
24 Programa de Assistência Estudantil, designado PAE. E que o PAE deverá prever projetos,  
25 ações e concessões de auxílio visando garantir o cumprimento da política de assistência  
26 estudantil. No art. 17, está previsto a realização do Fórum Interno de Assistência Estudantil,  
27 como instância que irá acompanhar e propor diretrizes para a efetividade dos programas.  
28 Chamou também a atenção para o art. 24, que diz que a partir dessa normativa o uso de  
29 recursos da assistência estudantil poderá ser destinado para o atendimento de estudantes  
30 selecionados em projetos de pesquisa e extensão, desde que previstos no PAE, devidamente  
31 aprovados no Fórum Interno de Assistência Estudantil, e alinhado com o diagnóstico do  
32 PPE. Sobre a utilização de recursos da assistência estudantil para estudantes selecionados  
33 em programas de pesquisa e extensão, a Pró-Reitora esclareceu que os recursos só poderiam  
34 ser utilizados para atendimento aos estudantes. Não poderiam ser comprados equipamentos  
35 para o laboratório, por exemplo. Professor Jackson, diretor de ensino do Campus Altamira,  
36 perguntou sobre a possibilidade de contratação de professor de dança. Elinilze explicou que  
37 não seria possível a contratação de pessoal por meio desse recurso, mas somente de  
38 serviços. Outra novidade dizia respeito aos alunos de cursos FIC, que podem ser  
39 contemplados com recursos da assistência estudantil, desde que tenham carga horária igual

40 ou superior a 160 horas e não recebam recursos financeiros de outros programas ou  
41 convênios, e dentro do período de plena execução do curso. Professora Selma, diretora de  
42 ensino do Campus Óbidos, expôs sua preocupação com a utilização correta dos recursos  
43 financeiros, com orientações precisas da PROEN sobre isso, uma vez que a má utilização  
44 desses recursos pode incorrer na responsabilização da gestão. Relatou que em seu campus  
45 houve pagamento de recursos da assistência estudantil sem edital. A Pró-Reitora  
46 recomendou que ela fizesse o levantamento dessa situação e formalize a PROEN, para as  
47 providências. Fez destaque também ao art. 27, que proibia a percepção simultânea de  
48 recursos da assistência estudantil com bolsas PIBID, PIBEX, PIBCT, PIBIC e Bolsa  
49 Permanência, a fim de evitar que alguns estudantes recebessem bolsa em demasia, em  
50 detrimento de outros estudantes não contemplados. O estudante poderá acumular até três  
51 auxílios concedidos por meio de repasse financeiro direto ao estudante. Elinilze também  
52 enfatizou o art. 70, que informa que a descentralização de recursos da assistência estudantil  
53 para implementação do PAE de cada campus somente ocorrerá após a análise do respectivo  
54 Plano de Trabalho Anual - PTA pelo Departamento de Assistência Estudantil e Ações  
55 Inclusivas, a ser apresentado pelo campus em toda primeira quinzena do mês de dezembro  
56 de cada ano. Elinilze apresentou uma carta da PROEN aos diretores de ensino, com  
57 orientações sobre o acompanhamento das ações de assistência estudantil, contendo um  
58 formulário de acompanhamento a ser preenchido por cada campus e um modelo de PTA.  
59 Falou sobre a necessidade de realização de uma pesquisa de satisfação junto aos estudantes,  
60 por meio de um formulário que será encaminhado pelo Departamento de Assistência  
61 Estudantil e Ações Inclusivas. Professor Felix, do Campus Paragominas, questionou um  
62 parecer da PROEN, ratificado pelo Procurador, que deu parecer contrário à concessão de  
63 auxílio estudantil a estudantes do EJA. Elinilze respondeu que esse fato ocorreu porque o  
64 atendimento a estudantes de cursos EJA/EPT/FIC não estava previsto na normativa anterior.  
65 Mas, agora já estavam contemplados, incluindo também alunos de cursos EAD. Todos os  
66 estudantes regularmente matriculados passaram a ser contemplados com a possibilidade de  
67 concessão de auxílio da assistência estudantil, com exceção de estudantes de pós-graduação  
68 e de cursos FIC abaixo de 160 horas. Em seguida, a professora Marta Caetano, Diretora de  
69 Políticas Educacionais, iniciou a apresentação sobre o Plano de Permanência e Êxito. Marta  
70 lembrou que em agosto de 2015 a SETEC enviou uma Nota Técnica 138/2015, que  
71 determinou que cada Instituto deveria criar um Plano de Permanência e Êxito, para prever  
72 ações de combate à evasão. Em março de 2016, foi iniciado a construção desse plano  
73 institucional, que deveria ser elaborado a partir dos PPE de cada campus. Marta lembrou  
74 que os campi receberam um prazo de 60 dias para fazer o PPE, mas que houve atrasos.  
75 Alguns campi concluíram a ação no primeiro semestre de 2016, mas outros não concluíram.  
76 O prazo estipulado pela SETEC já expirou. Apresentou um documento de orientação quanto  
77 às ações do Plano de Permanência e Êxito. Com base na pesquisa sobre evasão no IFPA,  
78 deve ser elaborado um diagnóstico, a partir do qual devem ser previstas metas e indicadores.  
79 A diretora fez orientações sobre as informações que precisavam constar no PPE. Apresentou  
80 um mapa de acompanhamento e análise, no qual todos os campi já haviam feito a entrega de  
81 seus PPE, ainda que parcialmente, após a comissão de acompanhamento ao PPE ter  
82 prorrogado o prazo. Solicitou que, caso tenha havido mudanças na comissão de  
83 acompanhamento ao PPE em cada campus, a nova portaria seja encaminhada a PROEN,  
84 pois será cobrada da comissão que estiver sido oficializada junto a PROEN. E falou sobre o  
85 trabalho de análise que estava sendo realizada pela comissão de acompanhamento na  
86 PROEN, sendo que os PPE seriam devolvidos aos campi para ajustes. Apresentou um  
87 gráfico onde apenas 20% dos campi atenderam a todas as recomendações anteriores da  
88 comissão. 40% atenderam apenas parcialmente e outros 40% não atenderam. Apresentou  
89 também como estavam o documento institucional em construção, reformulado a partir das  
90 contribuições dos campi que apresentou a pesquisa solicitada. Vários itens do documento

91 estavam carecendo do retorno dos campi para que possam ser finalizados. Apresentou  
92 indicativos de ações a partir das pesquisas realizadas sobre evasão, sendo os principais:  
93 capacitação do corpo técnico e docente do curso; ampliação das ações da assistência  
94 estudantil; melhoria no acompanhamento da equipe pedagógica junto à coordenação do  
95 curso; melhoria no acompanhamento psicológico; ampliação das possibilidades de estágio;  
96 melhoria no acompanhamento pedagógico do processo de ensino-aprendizagem dos  
97 estudantes; melhoria da infraestrutura física conforme o perfil formativo do curso; maior  
98 oportunidade de articulação entre teoria e prática nas aulas. Apresentou sugestões de ações  
99 da assistência estudantil e de acompanhamento ao processo de ensino e aprendizagem, a  
101 partir dos dados analisados, dentre as quais: auxílio apoio pedagógico; auxílio apoio técnico  
102 científico ao estudante; auxílio atendimento psicossocial; auxílio cultura; melhoria da  
103 infraestrutura do curso; aperfeiçoamento de práticas pedagógicas de professores; maior  
104 interesse nos estudos. Houve uma reflexão sobre a importância do auxílio creche, pelo  
105 motivo de que alguns campi relataram que algumas estudantes mães estavam levando seus  
106 bebês para o campus, para não interromper seus estudos. Marta apresentou a metodologia  
107 para acompanhamento dos planos da Comissão Geral de Permanência e Êxito. Deu  
108 orientações sobre o tratamento que os campi precisavam dar aos estudantes evadidos que  
109 responderam a chamada feita por ocasião da pesquisa dos dados de evasão. A Pró-Reitora de  
110 Ensino alertou para a importância da análise sobre esses levantamentos, para buscar  
111 resolução para o montante de problemas de estudantes pendentes no período de 2011 a  
112 2014, alguns para os quais faltava tão somente a diplomação. Explicou que as comissões do  
113 PPE são comissões permanentes e que deveriam se ocupar de duas coisas. Uma tarefa é  
114 verificar quais estratégias podem ser adotadas para viabilizar que os estudantes que  
115 evadiram no período de 2011 a 2014, que possuem condições de finalização do curso,  
116 consigam integralizar o curso. Outra tarefa é a realização de ações preventivas à evasão no  
117 tempo presente. Reginaldo Pinheiro, diretor de ensino do Campus Castanhal, expôs sua  
118 intenção de apresentar os dados do Plano de Permanência e Êxito ao Fórum Interno de  
119 Assistência Estudantil. Marta falou sobre a necessidade de apresentar os dados sobre a  
120 evasão nos cursos aos seus respectivos coordenadores, para instigar nos mesmos que estes  
121 participem das ações de prevenção à evasão. Foi dado intervalo para lanche. Em seguida, a  
122 chefe do Departamento de Educação Básica e Profissional apresentou um quadro  
123 demonstrativo da entrega do PPC da educação básica e profissional. Gleice informou que a  
124 estimativa inicial era de 150 PPCs fossem entregues, mas esse número seria superado, e que  
125 estava havendo intensa mobilização da equipe da PROEN para dar conta de todas as  
126 análises. E enfatizou que a equipe estipulou um prazo de 15 dias para dar resposta sobre os  
127 PPCs, mas que tem utilizado bem menos do que isso. Falou que, para dar celeridade ao  
128 processo, estava sendo enviado pareceres por email, e mencionou que um memorando  
129 circular da PROEN já deu orientações sobre isso. Falou da importância do parecer  
130 pedagógico do campus, pois a PROEN estava confiando no trabalho das equipes  
131 pedagógicas, em cima do qual estava fazendo toda a conferência. E salientou que a PROEN  
132 está dando 15 dias para que a documentação solicitada e os ajustes necessários sejam  
133 encaminhados por email. Pediu a atenção para a assinatura dos documentos que são  
134 encaminhados por email. Se no prazo de 15 dias, não houver resposta do campus, o processo  
135 será restituído ao campus por malote postal. Em seguida, Edivaldo Moura, Chefe do  
136 Departamento de Ensino Superior, parabenizou o empenho dos campi na elaboração dos  
137 calendários acadêmicos, sendo que 15 dos 18 campi já estavam com seus calendários  
138 aprovados pela PROEN, prontos para envio para homologação do CONSUP. Dois campi  
139 precisavam fazer poucas alterações (Abaetetuba e Bragança) e um campus (Belém) ainda  
140 não havia enviado. Em seguida, apresentou informações sobre a situação de entrada de  
141 processos de reformulação curricular de cursos de graduação no IFPA. Informou que o  
142 Departamento de Ensino Superior tinha uma expectativa de recebimento de 71 processos,

143 referentes ao número de cursos do IFPA, sendo esses processos ou de reformulação  
144 curricular ou de extinção de curso, no caso dos cursos que os campi não tenham mais  
145 interesse na oferta ou não reúnam as condições necessárias para a mesma. Contudo, somente  
146 13 projetos de reformulação curricular, 4 projetos de criação de curso e 1 processo de  
147 extinção de curso haviam chegado a PROEN até a manhã dia 14 de setembro de 2016.  
148 Edivaldo expôs sua preocupação com esse fato, uma vez que, conforme previsto no  
149 Regulamento Didático do Ensino do IFPA, a oferta dos curso para 2017.1 não será possível  
150 sem que o referido curso passe por reformulação curricular. Salientou que cursos sem  
151 atividade e sem previsão de oferta, mas que não haviam entrado com pedido de extinção,  
152 continuavam ativos perante o MEC, sendo necessário a atualização dos dados reais de oferta  
153 de cursos superiores no IFPA. Relatou que em vários processos foi constatado a ausência de  
154 documentações essenciais no processo, como portarias, atas, atos autorizativos e  
155 comprovação da estrutura necessária para a realização do curso. Enfatiza a necessidade de o  
156 diretor homologue o parecer da equipe pedagógica do campus e de que o referido parecer  
157 seja feito com bastante critério, uma vez que a PROEN estava confiando no trabalho das  
158 equipes pedagógicas, sendo necessário o cumprimento da tramitação e das orientações  
159 previstas na Resolução CONSUP 020/2016. Ressaltou que vários pareceres haviam chegado  
160 incompletos e/ou com incoerências e inconsistências, sendo necessário a devolução do  
161 processo ao campus. Afirmou que quando não for detectado graves problemas no processo,  
162 este permanecerá na PROEN e as correções serão solicitadas por email, mas que isso só  
163 seria possível quando a tramitação no campus e o trabalho de análise for feito a contento.  
164 Foi ressaltado que alguns campi solicitaram prorrogação do prazo, sendo que a PROEN  
165 havia estendido até os dias 12 e 20 de setembro de 2016, dependendo das justificativas  
166 apresentadas. Alguns diretores relataram que já haviam enviado os processos, através dos  
167 correios. Professor Felix, diretor de ensino do Campus Paragominas, questiona sobre o  
168 tratamento que será dado aos campi que estão propondo a criação de novos cursos sem  
169 dispor de toda a estrutura prevista nos referenciais desses cursos. Edivaldo e Elinilze  
170 responderam que o campus deverá dispor da estrutura mínima para iniciar o curso. No caso  
171 da necessidade de criação de alguns espaços e de aquisição de recursos materiais, como  
172 bibliografia, o diretor poderia enviar um documento no processo fazendo uma justificativa,  
173 considerando que alguns recursos financeiros só são liberados após a criação de cursos e o  
174 ingresso de estudantes, e apresentando um cronograma onde seja previsto o atendimento  
175 integral à infraestrutura prevista para oferta do curso, até o máximo da execução de 50% da  
176 turma inicial. Edivaldo apresentou um quadro mostrando a situação de entrega de PPC's, por  
177 campus. Em seguida, a professora Elinilze apresentou alguns informes. Falou que o IFPA  
178 agora tem acesso ao CAD Único, do MDS, então a verificação do CAD Único poderá ser  
179 feita de forma sistêmica, não sendo mais necessário formalizar pedido. Isso será importante  
180 para a verificação de informações necessárias para a assistência estudantil, para a a  
181 concessão de isenção de taxa em concursos e processos seletivos. Informou sobre o  
182 Encontro dos Bibliotecários, que será realizado no Campus Ananindeua, no período de 25 a  
183 27 de outubro de 2016. Informou ainda que o Encontro das Equipes Pedagógicas do IFPA  
184 havia sido adiado para os dias 16 a 18 de novembro de 2016, no Campus Belém. Os campi  
185 que puderem, podem enviar seus representantes. Aos que não puderem, será feita  
186 transmissão ao vivo pela internet, com chat disponível para envio de comentários e  
187 perguntas. O encontro foi encerrado às dezenove horas. Sem mais a declarar, eu, José  
188 Edivaldo Moura da Silva, Chefe do Departamento de Ensino Superior da PROEN, lavro a  
189 presente ata que, após aprovada, segue para assinatura dos presentes.